

Breves considerações acerca das atuais condições de vida do povo Pankararu

Victor Ferri Mauro¹

Resumo – Ao longo deste artigo buscamos tecer algumas considerações – de modo pouco aprofundado e fazendo diversas generalizações – acerca do quadro social vivenciado atualmente pelo povo indígena Pankararu, considerando tanto a população que permanece na aldeia quanto os indígenas que hoje vivem nas cidades, e ainda um grupo de pessoas que está postulando o reconhecimento de seu pertencimento àquela etnia indígena. Procuramos abordar aqui questões relacionadas a temas como: saúde, educação, atividades produtivas, meio ambiente, território, convivência comunitária, cultura e lazer. Pôde-se constatar que, de modo geral, as condições de vida nas quais se encontram os Pankararu são bastante preocupantes em muitos aspectos.

Palavras-chave: Pankararu. Condições de vida. Situação socioeconômica. Terra indígena.

Introdução

Ao longo do presente artigo, procuramos tecer considerações, ainda que de forma genérica e superficial, a respeito do quadro social vivenciado pelos indígenas da etnia Pankararu na atualidade. Para tanto, baseamo-nos em fontes bibliográficas, assim como em observações *in loco* e, sobretudo, em relatos de indígenas (orais e por escrito) obtidos na ocasião da realização de três oficinas, em setembro de 2006, nas quais estiveram participando representantes de diferentes segmentos da comunidade Pankararu (de gêneros, idades e ocupações variados) que habitam as terras indígenas localizadas em

Pernambuco, além de moradores das cidades pernambucanas de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, reconhecidos como Pankararu ou que pleiteavam o reconhecimento enquanto membros desse povo. As oficinas foram organizadas pela equipe da Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas da Funai (CGEP) – a qual o autor deste artigo integrou, juntamente com outros técnicos –, e fizeram parte do projeto intitulado “Levantamento dos Problemas Vivenciados pelos Povos Indígenas”, que culminou em um relatório que estará sendo publicado pela Funai.

Segundo estimativas da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) levantadas em 2005, a população Pankararu que residia nas aldeias era composta por aproximadamente seis mil indivíduos. Baines (2001), em artigo publicado no início desta década, afirmava que “Na cidade de São Paulo, estima-se que haja mais de 1.000 Pankararu, do estado de Pernambuco que vivem em favelas como a Real Parque e Paraisópolis, no bairro de Morumbi”. Com base nisso, deduzimos que existam pelo menos uns dois mil índios dessa etnia vivendo fora das aldeias, em São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e outros estados. O povo Pankararu tem suas origens no sertão pernambucano, nas imediações da margem esquerda do rio São Francisco. Do território que esses índios originalmente ocupavam, só lhes restou uma exígua parcela de 15.927 hectares distribuídos entre duas terras indígenas: TI² Pankararu, demarcada pelo SPI em 1940 e homologada pelo governo brasileiro em 1987, com área total de 8.377 hectares, e TI Entre Serras, com 7.550 hectares e homologada em 2006. As duas terras indígenas mencionadas ocupam uma área contínua em formato retangular, porém, como os processos de identificação das duas tramitaram

em separado e em épocas distintas, o território de Entre Serras acabou sendo homologado como uma segunda terra indígena do povo Pankararu, e não como uma extensão da primeira.

Tendo sido, há séculos, submetido ao contato intenso com os colonizadores, e, em decorrência disso, sofrido historicamente compulsões de toda ordem, como imposições culturais, discriminação e expropriação territorial, o povo Pankararu passou por drásticas transformações ao longo do tempo. Foi preciso se adaptar às novas condições para continuar resistindo e lutando por sua autonomia dentro das possibilidades.

Em conseqüência do prolongado grau de contato com elementos da sociedade envolvente e do alto grau de intensidade das compulsões (culturais, econômicas, territoriais, ecológicas e bióticas) sofridas, os Pankararu atuais – assim como a maior parte das populações indígenas do Nordeste brasileiro – apresentam poucos traços diacríticos distintivos em relação à sociedade regional, especialmente se comparados à população rural sertaneja. Os Pankararu que vemos hoje em dia são bastante miscigenados; falam unicamente a língua portuguesa, pois, como no passado foram proibidos de falar a língua materna, perderam contato com a mesma; há anos têm acesso a certos veículos modernos de comunicação e informação, como o rádio e a televisão, e são influenciados pelas informações e ideologias propagadas por meio deles; são praticantes da fé cristã em sua maioria, como reflexo de um período prolongado da presença de missionários católicos na área indígena, que se iniciou ainda no século XVII, e hoje confraternizam em templos católicos e protestantes instalados nas aldeias.

Por estes entre outros motivos, muitas vezes, são estigmatizados e sua identidade indígena é posta em descrédito por integrantes da sociedade envolvente. Não há dúvidas de que todos estes aspectos citados no parágrafo anterior são indicativos da integração dos Pankararu na sociedade nacional, contudo, de maneira nenhuma se pode dizer que houve nesse caso uma assimilação completa. Os Pankararu possuem em comum um sentimento de pertencimento á uma população de ancestralidade pré-colombiana, étnica e culturalmente diferenciada dos demais brasileiros, e os traços mais fortes de sua afirmação identitária são as práticas de rituais como o *Toré* e a crença na força sobrenatural dos *Encantados*. Iniciativas internas da comunidade têm feito com que esses elementos da cultura tradicional permaneçam fortalecidos, até porque eles têm uma importância política enorme para a delimitação da fronteira étnica do grupo e são acionados a todo o momento em suas lutas e reivindicações por direitos, simbolizando a resistência desse povo. Se nos apoiarmos em teorias antropológicas contemporâneas (Barth, 2000; Oliveira, 1998), podemos afirmar com toda a segurança que, o fato de os Pankararu atualmente se assemelharem á população sertaneja regional em muitos de seus usos e costumes não deslegitima de maneira nenhuma a sua identidade como povo indígena.

Se tomarmos as condições de vida do povo Pankararu como um todo, podemos verificar que elas são bem preocupantes em vários aspectos, como saúde, educação, questão fundiária, meio ambiente e trabalho, e, inclusive, se assemelham bastante às condições enfrentadas por muitas outras populações rurais pobres (indígenas ou não) que habitam o sertão nordestino.

Território, meio ambiente, trabalho e subsistência

A sobrevivência deste povo indígena, de modo geral, está intimamente relacionada com a terra (pelo menos nas aldeias), uma vez que a principal atividade produtiva continua sendo a agricultura, seguida da criação de animais para consumo próprio, embora outras alternativas de geração de renda, principalmente no trabalho assalariado e inclusive nas grandes cidades, venham sendo buscadas há décadas por membros do grupo.

Apesar do território Pankararu estar localizado a poucos quilômetros do rio São Francisco, a pesca não ocupa um lugar entre as atividades econômicas mais importantes praticadas por este povo como um todo. São pouquíssimas as pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca. Na dieta dos Pankararu, como fontes de proteínas, predominam a carne vermelha (suínos, caprinos, ovinos, bovinos) e a carne de frango, animais estes que boa parte das famílias indígenas criam. Já entre os alimentos de origem vegetal, na produção agrícola dos Pankararu se destacam gêneros como a mandioca, o milho, o feijão, a batata-doce, além de frutas como umbu, manga, côco, melancia, pinha. Há também uma grande produção de Palma, uma espécie de cactácea utilizada como ração para animais.

A fertilidade natural dos solos cultivados pelos indígenas é prejudicada pela utilização intensiva das terras, que é inevitável numa área onde a densidade populacional é alta para os padrões das terras indígenas brasileiras e onde há várias famílias de posseiros instaladas, competindo pela posse da terra e dos recursos naturais. A continuação do trabalho de retirada dos posseiros é uma necessidade premente, já que existem muitas famílias indígenas que precisam

ser assentadas, passando a ter moradia e terra para cultivar. A Funai tem atuado para efetuar a desintrusão das terras indígenas mediante o pagamento indenizatório pelas benfeitorias deixadas pelos posseiros, porém, calcula-se que ainda haja mais de quatrocentas famílias de ocupantes irregulares que se recusam a deixar a terra. Além da interferência de fatores antrópicos, as atividades que proporcionam a subsistência por meio do trabalho na terra são afetadas porque, quase todos os anos, durante o verão, o sertão pernambucano é acometido por estiagens, ora mais, ora menos prolongadas, e a falta d'água prejudica a produtividade das lavouras e o desenvolvimento dos animais criados, limitando desta forma a disponibilidade de alimentos para os índios.

E não são apenas a lavoura e os animais os prejudicados diretamente pela falta d'água nos meses de seca intensa, muitas famílias ficam na dependência dos caminhões-pipa das prefeituras para ter acesso à água potável para matar a sede, cozinhar, lavar a louça, tomar banho e realizar outras atividades. Existem vários córregos que perpassam o território Pankararu os quais chegam a ficar completamente secos no período de estiagem.

Por causa da exploração intensiva dos recursos naturais do território indígena e da caça predatória, feita principalmente pelos posseiros e invasores, muitos dos animais que eram base da alimentação dos Pankararu hoje não são mais encontrados no local ou estão em vias de se extinguir. A degradação dos recursos naturais prejudica também a obtenção de matérias-primas utilizadas no artesanato, como a palha de buriti, a madeira e o barro.

Hoje em dia não são muitos os Pankararu que confeccionam artesanato e fazem dele uma fonte de renda. Os principais utensílios

fabricados são adereços, como colares, brincos e pulseiras; artigos em cerâmica, e itens feitos em renda, como redes, tapetes e bolsas. Alguns índios das aldeias expõem para a venda a sua produção artesanal em feiras nas cidades vizinhas. Dos índios que moram nas cidades, também existem aqueles que vivem do artesanato.

A recomposição florestal das áreas indígenas, bem como o repovoamento desses espaços com animais da fauna regional são demandas expressas de lideranças Pankararu junto aos órgãos governamentais, para que assim aumente gradativamente a quantidade de caça disponível e os materiais utilizados em suas atividades econômicas e rituais.

Fiscalização e proteção das terras indígenas

A intensificação dos esforços de fiscalização e proteção das terras indígenas habitadas pelo povo Pankararu é uma medida que precisa ser tomada urgentemente para a proteção dos recursos naturais dessas terras e para a segurança e tranqüilidade de seus moradores. Atualmente, muitas pessoas estranhas à comunidade indígena estão tendo livre acesso ao interior de suas terras, e, sabe-se que nem todas essas pessoas têm boas intenções. Há indígenas que se queixam da presença eventual de traficantes de drogas e marginais foragidos da polícia que adentram as terras indígenas, utilizando-as como rota de escape, já que as estradas oficiais são patrulhadas. Alguns indígenas também reclamam da invasão de pessoas que estariam explorando recursos naturais sem permissão da comunidade. Algumas das placas de sinalização das terras indígenas estão bastante deterioradas, e outras foram arrancadas provavelmente por posseiros. A Funai carece de recursos humanos

e materiais na área para fazer uma fiscalização mais eficiente. O Posto Indígena Pankararu, instalado na aldeia Brejo dos Padres (TI Pankararu) desde 1940, é o único em operação para atender a população daquela etnia e encontra-se atualmente com uma grande carência de funcionários, viaturas, equipamentos de comunicação e outros recursos. Além disso, os indígenas de Entre Serras reivindicam que a Funai instale nesta última TI um outro posto indígena, pois entendem que o PIN Pankararu não teria condições de atender bem as duas áreas.

Migração e vida nas cidades

Tem sido cada vez maior o número de indígenas, principalmente os das gerações mais novas, que não se sentem estimulados a trabalhar nas lidas rurais, por considerá-las um trabalho árduo cujo retorno é incerto e pouco ou nada rentável do ponto de vista financeiro. Preferem então vender sua força de trabalho como assalariados ou diaristas em propriedades rurais particulares, nas indústrias, no comércio, e nas chamadas casas de família. Esse é um dos fatores que explica a intensa migração para as cidades, sobretudo para São Paulo, que acontece desde a década de 1940. Estima-se que hoje em dia existam entre 1.000 e 1.500 Pankararu vivendo na região metropolitana de São Paulo, sendo que, destes, por volta de 500 estão concentrados na favela Real Parque, na zona sul da capital paulista. Além da procura por emprego e pela assistência de serviços mais facilmente encontrados no meio urbano, como escolas, creches e hospitais, outro aspecto que colaborou para a migração dos índios para a cidade foi o desgaste provocado pelos constantes conflitos com posseiros pela posse das terras.

A absoluta maioria desses migrantes indígenas possui baixa escolaridade e pouca qualificação profissional, o que faz com que no mercado de trabalho sejam alocados em tarefas mal remuneradas e que gozam de pouco prestígio social: pedreiros, garçons, empregadas domésticas, babás etc. Muitas vezes esses indígenas trabalham sem carteira assinada e sem qualquer garantia de direitos trabalhistas, e ainda há outros tantos que permanecem por muito tempo desempregados. A baixa escolaridade é também uma característica dos índios que ficaram na aldeia. Foi constatado, durante as oficinas realizadas pela CGEP, que boa parte dos adultos não sabe ler e escrever, e há outros tantos que têm sérias dificuldades em interpretar um texto simples.

Como as pessoas mais novas encontram dificuldades em se inserir no mercado de trabalho, por falta de experiência profissional ou baixa qualificação, e as que estão empregadas geralmente recebem um salário aviltante, não é incomum encontrar famílias cuja renda principal provém das aposentadorias dos idosos. O que acontece tanto nas cidades como nas aldeias.

A grande concentração dos Pankararu desaldeados está mesmo em São Paulo, porém, também chama a atenção a existência de dezenas de famílias indígenas, ou que reivindicam o reconhecimento como indígenas, vivendo nas áreas urbanas dos municípios de Taracatu, Petrolândia e Jatobá. O grupo Pankararu da cidade de São Paulo está organizado em associações, enquanto que o grupo que está nas cidades vizinhas às terras indígenas começa também a se organizar politicamente. Ambos esses grupos têm apresentado aos órgãos públicos que desenvolvem ações relacionadas às questões indígenas reivindicações que dizem

respeito à extensão para as áreas urbanas da assistência diferenciada que o Estado presta aos índios que se encontram nas aldeias. E tais demandas são mais incisivas no que tange aos serviços de saúde e educação. Os índios que moram na cidade alegam que estariam sendo discriminados pelo Estado, que, segundo eles, estaria se esquivando de cumprir tarefas que são de sua responsabilidade.

Um fato que chama a atenção é que, na favela Real Parque, os indígenas, embora estejam há milhares de quilômetros de distância de suas aldeias de origem – muitos inclusive nasceram ou vivem há décadas em São Paulo – praticam o *Toré* e outros rituais peculiares à etnia Pankararu, e volta e meia há aqueles índios que vão a Pernambuco visitar parentes e amigos que deixaram por lá.

Educação

A exigência de um nível cada vez mais alto de escolaridade que o mercado de trabalho tem imposto para aqueles que querem assegurar boas posições é certamente o fator mais significativo que tem feito com que, nos últimos anos, as demandas educacionais por parte dos Pankararu estejam crescendo a um patamar significativo, com destaque para os pleitos relacionados ao ensino médio e superior, acompanhando uma tendência nacional.

Além de a oferta de vagas nas escolas indígenas das aldeias Pankararu estarem aquém das necessidades da população (e o quadro é ainda pior quando se trata das séries escolares mais avançadas), as condições de funcionamento de grande parte dessas escolas são precárias, relevando-se a falta de espaço físico.

Nas terras indígenas, as escolas geralmente estão instaladas nas aldeias com maior população. As crianças e jovens que moram em certas aldeias têm que se deslocar até outras aldeias onde há escola ou até a cidade. Nas oficinas que a CGEP realizou em 2006, foram manifestados protestos quanto à precariedade do transporte escolar ou a falta dele para os alunos das aldeias. Quem geralmente se responsabiliza pela oferta desse tipo de transporte nas áreas rurais da região são as prefeituras dos municípios.

As escolas das aldeias em sua maioria são mantidas pelo poder público estadual. Algumas poucas escolas, sobretudo as mais pequenas, ainda são mantidas pelos municípios, mas está em estudo a possibilidade de estadualizá-las. Os professores dessas escolas – muitos dos quais são indígenas – ensinam as disciplinas contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação, mas também procuram complementar a formação de seus alunos com conteúdos relacionados à cultura e ao cotidiano do povo Pankararu, fazendo assim uma educação diferenciada. Os índios que estão na cidade têm de estudar nas escolas convencionais dos “brancos”, e, desta forma, não têm acesso ao padrão diferenciado de ensino que existe nas aldeias, razão pela qual muitas vezes protestam contra o poder público e cobram providências.

Conforme demonstra o Censo Educacional Pankararu (2004), coordenado pela Prefeitura Municipal de Tacaratu-PE, apesar de o número de matrículas de alunos Pankararu ter crescido nos últimos anos, a evasão escolar ainda é considerável, e este problema está associado, em boa medida, ao ingresso precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho. Certos pais ainda persistem em retirar os filhos da escola para ajudar no trabalho na lavoura, ao

menos em determinadas épocas do ano. Pelos relatos de alguns indígenas, coletados durante as oficinas que a Funai realizou em setembro de 2006, parece que, com a implantação do Programa Bolsa-Família e de programas assistenciais do Governo de Pernambuco, o problema foi amenizado, mas não foi extirpado por completo.

Saúde, infra-estrutura e lazer

A falta de perspectivas de ascensão social por meio do estudo e do trabalho é, sem dúvida, um fator que contribui para a recorrência às bebidas alcoólicas, sobretudo se considerada a população masculina. O alcoolismo, aliás, é talvez o maior problema de saúde pública que acomete os Pankararu e a maioria expressiva dos índios confirma que este é um problema presente na comunidade. Apesar de ser proibido por lei, o comércio de bebidas alcoólicas têm acontecido livremente dentro das aldeias Pankararu, facilitando o acesso dos índios a tais bebidas, e assim estimulando o seu consumo em demasia. Mais preocupante ainda são os indicativos de que menores de idade não estariam encontrando dificuldades para comprar bebidas. E a probabilidade de muitos desses jovens que tão cedo começam a beber se tornarem futuros alcoólatras não é pequena.

Desta forma, acreditamos que a Funai deve dialogar intensamente com as lideranças indígenas para encontrar um meio de coibir a comercialização de bebidas alcoólicas no interior das terras indígenas, conforme determina a lei. Outra forma de combater o alcoolismo – e este é um trabalho que cabe à Funasa coordenar –

é a intensificação das ações preventivas, informando a todos sobre as conseqüências que o álcool pode causar à saúde e à sociabilidade das pessoas. O mesmo deve ser feito em relação à prevenção contra o uso de drogas e ao tabagismo. Pelas informações levantadas, não nos pareceu que o consumo de drogas ilícitas seja um problema generalizado entre os Pankararu, mas indícios detectados da sua ocorrência já começam a preocupar a comunidade.

Percebe-se que há carência de atividades esportivas, cultura e lazer nas áreas indígenas, assim como ocorre a falta de equipamentos e espaços próprios para que tais atividades transcorram. O investimento na promoção de atividades dessa natureza e a criação de condições próprias para tal poderiam ser formas interessantes de tentar amenizar a incidência de jovens que têm apelado para a ingestão de bebidas e drogas. Presumimos que haja um número significativo de pessoas que, na falta de opções mais saudáveis de lazer e entretenimento, acabam recorrendo aos bares. E, segundo o que os próprios indígenas muitas vezes relatam, a ocorrência de brigas provocadas por pessoas embriagadas tem se tornado um fato corriqueiro.

Um outro problema que tem acarretado malefícios para a saúde da população Pankararu é a falta de condições apropriadas de saneamento básico. Chama a atenção o fato de que são pouquíssimas as casas nas aldeias que contam com algum tipo de tratamento de esgoto. A maior parte delas, aliás, nem banheiro tem. Não há coleta de lixo nas aldeias. O lixo produzido geralmente é queimado ou fica exposto a céu aberto. Os índios denunciam que algumas nascentes de água onde eles se abastecem estão contaminadas por lixo. É bem provável que a grande incidência de

doenças de pele, diarreia e infecções tenham relação com os problemas acima expostos. Desta forma, o investimento em obras de infra-estrutura e saneamento nas aldeias deve ser tomado como prioridade a fim de garantir o bem-estar e a melhoria nas condições de saúde para população Pankararu.

Nas aldeias, a maioria das residências é de alvenaria. Há também algumas poucas casas construídas em taipa e cobertas por palha de coqueiro. Existe um déficit habitacional, já que várias famílias residem em casa de parentes por não terem sua casa própria. No entanto, há perspectivas de que essa situação melhore na medida em que os posseiros forem desocupando as terras e as moradias onde estão instalados para que os índios as ocupem em definitivo. Em São Paulo, a prefeitura municipal construiu duas unidades habitacionais do projeto Cingapura, que beneficiou 24 famílias Pankararu, no entanto, a grande maioria das famílias ainda vive aglomerada na favela, morando em barracos pequenos, sem saneamento básico e em condições precárias de higiene (Gomes, 2005, p.12).

Problemas de saúde como hipertensão, diabetes e pressão elevada têm acometido cada vez mais o povo Pankararu, segundo informam os agentes indígenas de saúde. Presume-se daí que o aumento do consumo de produtos industrializados, ricos em sal, açúcares e gorduras, seja um dos fatores (talvez o principal) responsáveis por isto. O tabagismo, provavelmente, também desempenha um papel de destaque nesse sentido.

Assim sendo, constata-se que deva ser elencado, dentre as prioridades das ações em saúde direcionadas ao povo Pankararu, o desenvolvimento de trabalhos preventivos abordando causas e

conseqüências de doenças que têm se tornado mais freqüentes nessa população (diabetes, doenças cardíacas, tuberculose, alcoolismo, doenças de pele, entre outras), difundindo informações em linguagem simplificada sobre hábitos de higiene, composição dos alimentos, a importância da prática de atividades físicas para o bom funcionamento do organismo, a relação do equilíbrio ambiental com a saúde humana etc.

Na área de saúde, as queixas dos índios são freqüentes e incisivas no que diz respeito às dificuldades em marcar consultas e obter certos medicamentos nos postos da Funasa, quadro este que não difere muito do que é encontrado em toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Embora os indígenas recorram bastante aos tratamentos convencionais oferecidos pelo sistema público de saúde, a medicina tradicional na área Pankararu continua sendo praticada com bastante vigor, até porque a cultura desse povo está intimamente relacionada à espiritualidade e à crença no poder de cura das entidades sobrenaturais as quais chamam de *Encantados*. Na comunidade existem rezadeiras/benzedadeiras, *praiás*, pagés e pessoas que praticam a cura através de ervas e plantas medicinais. Um trabalho de valorização da atividade das parteiras tradicionais vem sendo desenvolvido pela ONG Saúde sem Limites na área Pankararu. A mesma ONG também desenvolve um programa de acompanhamento pré-natal com as gestantes indígenas que vem sendo elogiado pela comunidade.

Convivência e organização comunitária e relações de poder

A divergência entre lideranças e o faccionismo também faz parte da realidade vivida na comunidade Pankararu. Esse problema se agravou após a homologação de Entre Serras como uma terra indígena em separado da TI Pankararu, apesar da continuidade territorial dos limites dessas duas áreas. Após esse evento, uma nova liderança, dissociada da autoridade do cacique da tradicional aldeia Brejo dos Padres, na TI Pankararu, emergiu com vigor em Entre Serras, causando a polarização entre duas forças políticas principais que têm sido antagônicas e inconciliáveis em muitos de seus interesses.

A cacique de Entre Serras alega que a conquista definitiva dessa terra, em 2006, foi resultado de uma luta encabeçada somente por indígenas que hoje estão assentados lá, sendo que outras lideranças Pankararu, além de não terem se engajado nessa luta, teriam se oposto a ela.

No discurso de certos índios que moram nas aldeias foi mencionado que o povo Pankararu carece de uma maior união e que as lideranças (com respaldo da Funai) estão dividindo a comunidade. Há três focos principais de divergências: o primeiro, como já dissemos, é a homologação de Entre Serras separada da TI Pankararu; o segundo é que muitas das pessoas que pleiteiam o reconhecimento étnico enquanto membros do povo Pankararu não são identificados como tal pelas lideranças tradicionais desse povo. Da parte das lideranças, então, surgem acusações de que tais pessoas seriam oportunistas que só querem usufruir de direitos que são reservados, por lei, aos indígenas; da parte dos demandantes por reconhecimento étnico, registram-se reclamações de que as

lideranças estariam negando a eles um direito legítimo de afirmarem-se como integrantes do povo Pankararu. Percebemos ainda um terceiro foco de tensões: na aldeia Brejo dos Padres, a maior e historicamente mais representativa para os Pankararu, há mais de uma pessoa que se apresenta como cacique, sendo que tais lideranças muitas vezes competem entre si e não reconhecem a autoridade uma da outra.

Embora existam cisões no povo Pankararu, parece-nos que há também uma vontade generalizada (mais na comunidade do que nas suas lideranças) de chegar a um entendimento comum entre as partes que andam divergindo. Os Pankararu estão plenamente conscientes de que, se toda a etnia estiver mais unida, terá mais força para respaldar a legitimidade de suas reivindicações e fazer valer os seus direitos.

Uma das maneiras pelas quais os Pankararu têm procurado se organizar é através da formação de associações comunitárias, cujo principal objetivo é o de angariar recursos governamentais e não-governamentais para fomentar projetos de desenvolvimento comunitário. Nota-se nesses projetos uma preocupação direcionada à qualificação para o desempenho de atividades produtivas, para trabalhos em saúde preventiva e para a valorização dos conhecimentos e práticas em medicina tradicional. É perceptível, no entanto, que tais associações carecem de orientação e acompanhamento para que possam ter um melhor desempenho naquilo que propõem. Nisso o poder público poderia auxiliar, promovendo, por exemplo, capacitações na área de gestão para os dirigentes das associações. Nessas capacitações, poderiam ser ensinados inclusive mecanismos de captação de recursos financeiros por meio de projetos.

Considerações finais

Não são poucos nem pequenos os problemas vivenciados pelo povo Pankararu. Parte deles nem chegou a ser discutida neste artigo. Ainda assim, um dado bastante animador foi levantado nas oficinas realizadas pela CGEP/Funai em 2006: a maioria significativa dos Pankararu entrevistados afirmou ter bastante otimismo quanto às perspectivas de futuro para o seu povo. É de se notar que esses indígenas não esmorecem perante o desafio de lutar por uma vida melhor. E, acima de tudo, depositam muitas esperanças nas gerações mais jovens, principalmente naqueles que estão conseguindo se projetar socialmente por meio dos estudos e na vida profissional. O sucesso de pessoas da comunidade Pankararu, como Maria das Dores de Oliveira, que em 2006 concluiu o doutorado em lingüística pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), tem servido de estímulo para que os jovens prossigam em seus estudos. O otimismo ostentado pelos Pankararu também se sustenta muito na fé que esses índios depositam na força espiritual dos *Encantados*. Essas entidades estariam sempre os guiando e oferecendo proteção contra as forças do mal.

Essa resistência e otimismo que os Pankararu demonstram é um aspecto de suma relevância para a projeção social deste povo, ainda mais porque vários acontecimentos contemporâneos têm indicado uma tendência de que os indígenas cada vez mais assumirão um papel de protagonismo na política indigenista, seja dentro do Estado brasileiro ou fora dele. Está mais do que evidente que, no momento atual, não se deve e não convém ignorar a participação das populações indígenas, através de seus

representantes legítimos, nas instâncias decisórias sobre ações e políticas das quais elas são parte interessada.

Diante disto, acreditamos que a formulação de políticas públicas focadas no segmento indígena deve se pautar no conhecimento cada vez maior da opinião dos indígenas sobre as questões que os afetam, tal como determina a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo governo brasileiro. Com isso, ganham importância os estudos e pesquisas que proporcionam abertura para os representantes indígenas se expressarem e opinarem sobre os problemas que enfrentam e sobre os caminhos a ser trilhado para a sua solução ou minimização.

Notas

¹Licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela Unesp, especialista em Turismo e Desenvolvimento Sustentável pela UnB e sociólogo do quadro da Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas da Funai desde 2004.

²A sigla TI é utilizada frequentemente por acadêmicos e pelo órgão indigenista como abreviação de Terra Indígena.

Bibliografia

ACIOLI, Moab Duarte. *O Processo de Alcoolização entre os Pankararu: um estudo de etnoepidemiologia*. Campinas: UNICAMP, 2002. (Tese de Doutorado).

ARRUTI, José Maurício Paiva A. Morte e vida do nordeste indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 57-94, 1995.

_____. A produção da alteridade: o toré e as conversões missionárias e indígenas. In: MONTERO, Paula. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006. p.381-426.

_____. *O reencantamento do mundo: trama, histórica e arranjos territoriais Pankararu*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 1996. (Dissertação de Mestrado).

ATHIAS, Renato. Corpo, fertilidade e reprodução entre os Pankararu: perspectivas e alcances. In: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (Orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 189-209.

BAINES, Stephen G. As chamadas "aldeias urbanas" ou índios na cidade. *Revista Brasil Indígena*, Brasília, v.1, n.7, p.15-17, nov./dez. 2001.

BARTH, Frederick. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

CARVALHO, Priscila D. de. *Moradia ocupa posição de destaque entre problemas enfrentados por índios*. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1013>

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Levantamento dos problemas vivenciados pelos povos indígenas: povo indígena Pankararu*. Brasília: FUNAI/CGEP, 2007. 175p.

GOMES, Selma (Org.). *Índios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 2005.

MATTA, Priscila. *Dois elos da mesma corrente: uma etnografia da corrida do imbu e da penitência entre os Pankararu*. São Paulo: USP, 2005. (Dissertação de Mestrado).

MORGADO, Paula; SENA, João Cláudio de. *Do São Francisco ao Pinheiros*. São Paulo: Laboratório de Imagem e Som em Antropologia - USP, 2007. (DVD).

OLIVEIRA, Maria das Dores. Da invisibilidade para a visibilidade: estratégias Pankararu. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Christiano Barros Marinho da. (Orgs.). *Índios do nordeste: temas e problemas 4*. Maceió: EDUFAL, 2004. p. 5-23.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr., 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TACARATU. Censo educacional 2004 -Tacaratu: etnia Pankararu. Tacaratu-PE: Programa Educar/Companheiros das Américas/SERTA, 2004.

VERDUM, Ricardo. (Coord.). *Mapa da fome entre os povos indígenas no Brasil (II)*: contribuição à formulação de políticas de segurança alimentar sustentáveis. Brasília: INESC/Museu Nacional/ANAI, 1995.

Sites:

<<http://www.saudesemlimites.org.br>>

<<http://www.indiosonline.org.br>>

